



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

O conflito pela água em Correntina (BA): história e narrativas em disputa

Autoria: Gabriela de Souza Carvalho, Doris Aleida Villamizar Sayago

Observa-se, recentemente, a ocorrência de uma série de disputas em torno do uso da água na América Latina, das quais o caso da "guerra pela água" na Bolívia, em Cochabamba, nos anos 2000, é um exemplo emblemático. No Brasil, mesmo com as mudanças sugeridas a partir da reforma da gestão da água nos anos 1990, propondo uma gestão de águas descentralizada, integrada e participativa, ainda persistem os conflitos em torno do uso da água, como exposto no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que ocorreu no mês de março do ano de 2018, em Brasília. Um dos casos expostos no FAMA foi o conflito pela água em curso na cidade de Correntina (BA), que está judicializado. Em novembro de 2017, movimentos que atuam no município denunciaram o consumo desproporcional de água de duas fazendas da região por meio de ocupação e destruição de equipamentos. O desaparecimento de nascentes e diminuição da vazão de rios têm sido denunciados pela população desde 2015. Dados divulgados pela Agência Nacional de Águas (ANA) confirmam uma redução de aproximadamente 30% na vazão do Rio Corrente nos últimos 30 anos. A história de ocupação de terras na região conta que há séculos as comunidades camponesas tradicionais de Fecho de Pastos têm permanecido ali, resistindo ao tempo e convivendo com o cerrado por meio da utilização coletiva da terra, criação do gado solto e cultivo de plantas medicinais e alimentícias, que mais do que um meio de produção é um modo de vida. No entanto, desde os anos 1970, com o avanço da grilagem e a expansão do agronegócio no Oeste da Bahia, os conflitos entre fazendeiros e camponeses têm se multiplicado. Nessa dinâmica pela disputa de terras está a questão do conflito em torno do acesso à água, que é agravado pelas mudanças climáticas, mas causado principalmente pelo alto consumo de água destinada à irrigação das fazendas do agronegócio. Essa situação, além de prejudicar a população de Correntina como um todo, dificulta muito a reprodução social das comunidades tradicionais de Fecho de Pasto, no entanto, o Estado continua a autorizar as outorgas de uso das águas da região para irrigação, a despeito das recomendações



do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente. A partir das contradições apresentadas e entendendo como fundamental tanto a reconstrução histórica como a observação da disputa de narrativas para a compreensão do conflito pela água em Correntina, este work tem como propósito investigar o seu histórico e identificar e analisar as narrativas que o conformam. Para tal, partimos dos conceitos de justiça ambiental e desenvolvimento sustentável, desenvolvendo um estudo teórico e prático, que envolve a investigação documental e de dados secundários e a realização de visita a campo.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**